

**HOSPITALIDADE E ACOLHIMENTO: O SÉCULO XIX NO
SUL DO BRASIL¹**

**HOSPITALITY AND RECEPTION: THE XIX CENTURY
IN THE SOUTH OF BRAZIL**

HOSPITALIDAD Y ACOGIMIENTO: EL SIGLO XIX EN EL SUR DE BRASIL

Susana de Araújo Gastal²
Luciana de Castro Neves Costa³
Flávia Carvalho Machado⁴

RESUMO: No presente artigo resgatam-se os diários de viagem de Auguste Saint’Hilaire, naturalista francês que percorreu o sul do Brasil na década de 1820, em missão de estudos da fauna e flora. A partir dos seus relatos, nos quais Saint’Hilaire também fez registros sobre

1 O presente artigo integra-se à pesquisa “O campo turístico e suas construções no Rio Grande do Sul. 1935 – 2000”, que conta com apoio da Universidade de Caxias do Sul e do CNPq.

2 Possui graduação em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, mestrado em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorado em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora Doutora Adjunto 3, Pesquisador e Orientador do Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul e Professor Adjunto do Curso de Turismo da Pontifícia Universidade Católica do RS.

3 Mestranda em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul. Possui graduação em Bacharelado em Turismo pela Universidade Federal de Pelotas (2008). Tem experiência na área de Turismo e Eventos, e formação com ênfase em Planejamento e Gestão do Turismo em organizações públicas, privadas e não governamentais.

4 Possui graduação em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, obtendo nota máxima no trabalho de conclusão de curso. Possui também Curso Técnico em Administração com experiência na área.

a sociedade local, analisa-se a sua contribuição para o melhor entendimento das práticas de acolhimento e hospitalidade presentes naquele território, no referido período. O olhar do naturalista sobre a região, registrado nos diários, serve como fonte documental para pesquisa, devido à riqueza da análise da sociedade local, em especial no que se refere a sua relação com estrangeiros. Os relatos de viagem destacam questões referentes à alimentação e hospedagem, na perspectiva do acolhimento. Os resultados encontrados indicam uma aproximação muito forte entre o que registra a literatura especializada e o acolhimento dispensado ao estrangeiro, que é acolhido e alimentado sem restrições, mesmo em um território naquele momento marcado por conflitos, inclusive armados, nas lutas pela demarcação das fronteiras portuguesas e espanholas, no sul do continente. Chega-se a esses resultando utilizando a historicidade como abordagem metodológica, conforme a Nova História.

PALAVRAS-CHAVE: Hospitalidade; Acolhimento; Relatos de Viagem; Saint'Hilaire; Rio Grande do Sul.

ABSTRACT: In the present article, we bring out Auguste Saint'Hilaire's travel diaries, a french naturalist that visited the south of Brazil in the 1820's, due to a study mission of fauna and flora. However, his notes weren't limited to these natural aspects, including also registers about the local society. From his travel reports we analyse his contribution for a better understanding of the local practice of acceptance and hospitality in that period. The documented look of the naturalist about the region serves as a documental source to research, due to the detailed analysis of the local society, mostly about its relation with foreigners, in questions related to feeding and lodging. The results found indicate a strong approximation between the specialized literature and the acceptance offered to the foreigner, who is hosted and fed without restrictions, even in a territory with conflicts, including armed, in the demarcation of Portuguese and Spanish borders, in the south of the continent. We achieve these results using the historical analysis as methodology, according to the New History.

KEYWORDS: Hospitality; Acceptance; Travel Reports, Saint'Hilaire; Rio Grande do Sul.

RESUMEN: En este artículo se rescatan los diários de viaje de Auguste Saint'Hilaire, viajante francés que recorrió el sur de Brasil en la década de 1820, en una misión de estudios sobre la fauna y flora local. Sin embargo, sus relatos no se limitaron a los aspectos natura-

les, incluyendo también registros sobre la sociedad local. A partir de sus diários de viaje, se analiza su contribución para un mejor entedimiento de las prácticas locales de acogimiento y hospitalidad en aquel período. La mirada del naturalista sobre la región sirve como fuente documental para pesquisa, a causa de la riqueza de la análisis de la sociedad local, principalmente en lo que se refiere a la relación com estrangeiros, incluyendo notas sobre alimentación y hospedaje. Los resultados encontrados indican una fuerte aproximación entre lo que registra la literatura especializada y el acogimiento ofrecido al estrangeiro, que és acogido y alimentado sin restricciones, mismo en un território marcado por conflictos, incluso armados, en luchas de demarcación de las fronteras portuguesas y españolas, en el sur del continente. Se llega a este resultado utilizando la historicidad como abordage metodológica, conforme la Nueva Historia.

PALABRAS CLAVES: Hospitalidad; Acogimiento; Relatos de Viaje; Saint’Hilaire; Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

No início do século XIX, após a transferência da Família Real Portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, permite-se que Brasil amplie suas relações com o exterior, inclusive em ermos de pesquisas científicas. Antes, ao longo dos séculos XVI e XVII, a política de Portugal era a de “evitar o desembarque de estrangeiros em suas colônias, tendo em vista que viajantes desses tempos eram religiosos, aventureiros, espíões e seus relatos sobre caminhos, índios e recursos naturais aguçavam a cobiça estrangeira”. (OLIVEIRA, 2008, p.34). Com a liberação dos portos a presença de outros interesses e interessados, foi não só permitida, como incentivada, em especial após a elevação do Brasil, em 1816, à Reino Unido à Portugal, pois era necessário “transformar esse distante território habitado por portugueses escravocratas razoavelmente ignorantes em uma corte com algum padrão de civilização. Nesse processo foi importante a participação dos viajantes. Foram eles que apresentaram o Brasil aos brasileiros”. (OLIVEIRA, 2008, p. 35).

O período entre 1808 e 1821, especialmente, foi marcado por uma série de expedições comandadas por especialistas, predominantemente europeus, que descreveram o espaço geográfico brasileiro, legando-nos um importante acervo de conhecimentos sobre o território. “Como a Coroa não tinha recursos suficientes para esse empreendimento, o governo autoriza-

va as viagens e procurava se beneficiar das descobertas, além de atrair a simpatia das nações européias”. (OLIVEIRA, 2008, p. 35). Nesse espírito foram expedidas autorizações para realização de expedições científicas à Áustria, França e Rússia, que resultaram nas viagens de Martius e Spix, entre 1817 e 1830, Langsdorff, entre 1824 e 1849 e Saint’Hilaire, entre 1816 e 1822. (OLIVEIRA, 2008). A eles se seguirá, mais adiante, outro grupo de viajantes, composto por agentes de imigração, que serão responsáveis pela política de divulgação do Brasil na Europa, como área aberta ao recebimento de migrantes.

No Sul do Brasil, mais especificamente no que viria a se constituir no atual Estado do Rio Grande do Sul, o Período Colonial foi marcado por conflitos decorrentes da demarcação de fronteiras, que se estenderam pelo século XIX (GOLIN, 1999). Tal fato não impediu que esse território, ainda conflitado, fosse percorrido por vários desses viajantes, como Auguste Saint’Hilaire, Jean Baptiste Debret e Arsene Isabelle. As informações presentes em seus diários, também extrapolam a análise científica e/ou artística, registrando aspectos da esfera social local, como hábitos, gastronomia e sociabilidades. Além disso, algumas narrativas são extremamente detalhistas sobre as relações estabelecidas entre os viajantes estrangeiros e a população local, marcadas, segundo elas, pela hospitalidade, assim como permitem resgatar as condições em que eram realizados os primeiros deslocamentos no território.

Os moldes como se apresentam essas viagens pioneiras não se configurariam no que viria a se entender, no século seguinte, por Turismo, mesmo que no período analisado a atividade começasse a dar seus primeiros passos na Europa. (BOYER, 2003). No sul do continente, parcamente habitado, havia carência de estradas, de transportes, de espaços de hospedagem e alimentação, precariedades minimizadas pelo pioneirismo e pelo espírito de aventura dos viajantes, associados à generosidade da população local, no acolhimento. As informações presentes nos diários e relatos de viagens, portanto, se constituem em um importante resgate histórico sobre o futuro desenvolvimento do Turismo no Rio Grande do Sul e, por consequência, no Brasil; analisando-se os relatos, mesmo nestes tempos pioneiros, a hospitalidade foi elemento importante da cultura regional, fundamental na viabilização dos primeiros deslocamentos pelo interior da região.

A análise aqui realizada utiliza-se da metodologia proposta pela *nouvelle histoire*, ou nova história, consolidada na *Escola dos Annales*, que propõe, entre suas premissas básicas, a adoção da idéia de “história-problema”, reconhecendo a impossibilidade de narrar fatos históricos tais como eles se passaram, e considerando o pesquisador como um investigador que

busca interrogar o passado a partir das hipóteses levantadas no presente. A história passa a ser entendida como *construção*, como uma versão dos fatos (MENESES, 2006). Ou seja, de uma possibilidade de leitura entre muitas outras, no que a aproxima da teoria do texto. (BARTHES, 1987). Rüdiger⁵, ao falar sobre a Comunicação, propõe uma reflexão sobre as práticas metodológicas, que pode ser ampliado ao campo do Turismo, Hospitalidade e Lazer. Segundo ele, ao buscar a História, duas vertentes metodológicas se estabeleceriam no estudo da Comunicação: a da pesquisa especializada, ou seja, a do historiador que se volta para campo, no caso o Turismo; e a pesquisa que tem a historicidade como dimensão, no caso, do Turismo. Essa segunda postura recorre à dimensão histórica para, a partir dali, analisar o fenômeno.

Nessa perspectiva, a literatura de viagem constitui-se em instrumento alternativo de interpretação do passado, como fonte documental para entendimento do processo de formação do legado cultural de grupos, legado no qual se propõem incluir a história das viagens e dos deslocamentos, tendo como recorte a hospitalidade presente e exercida nestes processos. Assim, a partir de tal proposta metodológica, buscou-se analisar como a hospitalidade é apresentada nos registros de Saint'Hilaire. Para tanto, procedeu-se a uma leitura crítica dos seus relatos sobre a região Sul do Brasil, associada à pesquisa bibliográfica sobre o contexto da época da viagem.

Saint'Hilaire filia-se a um hábito presente em diferentes momentos da história, que são os relatos de viagem. Segundo Jané (2002), os viajantes de todas as épocas, seja no âmbito da investigação científica, das expedições políticas e militares, da literatura ou jornalismo, escreveram sobre suas viagens. No século XIX, as viagens

[...] permitiam consolidar redes de contato e de produção intelectual nas academias e universidades [...]. Nesse sentido, a viagem de fato, só se completava com sua divulgação. Aquelas que não produziram relatos, mapas ou iconografia não tiveram a mesma importância, já que não ofereceram suportes para legitimar o poder sobre o território. (OLIVEIRA, 2008, p.36)

Tal prática de registro, em diferentes moldes e interesse ideológicos, mantém-se até hoje, envolvendo viajantes escritores ou, mais recentemente, viajantes fotógrafos. Tais testemunhos de viagem vêm à público na forma de livros, ensaios, guias de turismo e outros textos jornalísticos, conferindo status aos seus autores e incentivando a prática das viagens entre diferentes públicos.

5 Francisco Rüdiger, em palestra na ALCAR RS, em 13 de abril de 2010, conforme anotações dos autores.

Como já colocado, os registros nos diários dos viajantes do século XIX não se limitaram à descrição da flora e da fauna locais, abrangendo os mais diversificados assuntos, como costumes, práticas, arquitetura, meios de transporte e vida social da população brasileira (PIRES, 2002). Segundo Conforto e Barella (2008), apesar dos relatos não estarem isentos de julgamento e de um contexto narrativo predominantemente europeu (que configura a visão de mundo e de cultura dos viajantes), ainda assim é possível fazer uma leitura do contexto histórico de determinada época no Brasil e, no caso desta análise, a presença da hospitalidade e do acolhimento no local, por meio de tais narrativas.

As viagens desses europeus ao Brasil e ao Novo Mundo durante o século XIX, é preciso lembrar, eram motivadas principalmente por questões derivadas do universo intelectual europeu. As viagens seduziam tanto os intelectuais comprometidos com o espírito romântico, em sua busca pelo autoconhecimento, quanto os interessados no espírito científico, que perseguiram o conhecimento do mundo. Ao longo do século, o romancista foi sendo substituído pelo naturalista, pelo geógrafo, pelo botânico, como viajante típico. (OLIVEIRA, 2008, p.36).

As impressões que tais viajantes deixaram, mesmo se entendidas como leituras pessoais ou versões de fatos vistos e apreendidos, não as invalida, uma vez que qualquer interpretação ou resgate histórico configura-se numa leitura, em um enfoque de determinado assunto. Assim, por meio dos relatos de viagem de Saint'Hilaire, entre diversos outros nomes que poderiam ser citados, os brasileiros passaram a dispor, também, de relatos sobre a arte de viajar em pleno século XIX, no interior do país.

O botânico e naturalista esteve no Brasil entre 1816 e 1822, integrante da Missão do Conde de Luxemburgo ao país, cuja finalidade era a de resolver os problemas de fronteira da Guiana Francesa com o Governo de Dom João VI. Saint'Hilaire esteve no que viria a se constituir no Estado do Rio Grande do Sul em 1820, no começo da organização econômica e urbana regional. Aspectos e informações a respeito de sua estada foram registrados em seu livro *Viagem ao Rio Grande do Sul*, publicado primeiramente em francês, traduzido para o português somente em 1935 e hoje tendo sido editado por várias vezes. Para este trabalho foram utilizadas as edições da editora Itatiaia e do Senado Federal/Conselho Editorial, lançados em 1974 e 2002, respectivamente.

Hospitalidade e acolhimento

O acolhimento é um conceito pouco trabalhado no Brasil, sendo por muitas vezes comparado com o conceito de hospitalidade. No entanto, ao falar de acolhimento, alguns autores acreditam que este conceito “abrange uma variedade de elementos entre os quais o reconhecimento, a hospitalidade e o cuidado” (AVENA, 2006, p. 138). Avena (2006), assim como Boff (2005) e Camargo (2004), afirmam que o acolhimento é um “fato social”, pois os sujeitos são seres sociais, com dificuldade de viverem isolados. O acolhimento remete também a hospedagem, mas não se configura como exclusivo a esta atividade. Na verdade, o acolhimento se estende a qualquer setor de serviços e às práticas de sociabilidade, devendo marcar todas as etapas da atividade turística, uma vez que, do planejamento à execução, “seja na infra-estrutura da região/cidade, na construção dos equipamentos turísticos públicos e privados, na educação dos sujeitos que estarão direta ou indiretamente em relação com o cliente, o acolhimento estará sendo esperado por eles” (AVENA, 2006, p. 146).

O acolhimento possui sua origem nas relações sociais e na cultura, e cada povo a concebe de forma diferente. Boff (2005), utilizando o termo *hospitalidade*, mas subentendendo-se nele o acolhimento, salienta sua importância como virtude para a sociabilidade humana, indispensável para um mundo melhor. No dizer de Gouirand (1994, p.180):

O acolhimento é um ato voluntário que introduz um recém-chegado, ou um estrangeiro, em uma comunidade ou **um território**, que o transforma em membro desta comunidade ou em habitante legítimo deste território e que, a este título, o autoriza a beneficiar-se de todas ou parte das prerrogativas que se relacionam com o seu novo status, definitivo ou provisório (apud AVENA, 2006, p. 140; grifo nosso).

O acolhimento seria, sempre, definido a partir do outro:

(1) O outro enquanto **desconhecido que bate à porta**; (2) o outro enquanto **forasteiro que vem de fora**, de outras terras com outra língua, outros costumes e outra cultura; (3) o outro enquanto classe social, um pobre econômico; (4) o outro como excluído do convívio social, alguém em extrema necessidade, cansado e famélico; (5) o outro enquanto radicalmente outro [...]. A hospitalidade é incondicional e se estende a todos esses outros. (BOFF 2005, p. 94; grifo nosso)

O acolhimento é realizado a qualquer um que peça e que necessite, e vem permeado de um conjunto de leis não escritas que se exprimem como uma dádiva. Dádiva porque acolhimento implica em oferecer os mínimos cuidados humanos, o que, de acordo com Boff (2005, p. 96),

significa: “ser acolhido sem reservas, poder abrigar-se, comer, beber e descansar”. Camargo (2004, p. 20) observa outras características do acolhimento na relação hóspede e hospedeiro, na qual “a dádiva implica sacrifício”. Exemplifica com a seguinte frase: “Desculpe-me, mas é tudo o que eu tenho para lhe oferecer”. Significa dizer que se abre mão do mínimo que se tenha, pelo bem do hóspede, aceitando implicitamente esta condição de sacrifício. Além disso, entende-se que “toda dádiva traz implícita algum interesse” (*idem ibidem*). Nesse caso, quem oferece algo sempre teria algum interesse subjacente, mesmo que inconsciente, seja por caridade, religião ou necessidade. Tal relação porta suas ambiguidades. Por exemplo, o anfitrião pode questionar tratar-se de um amigo ou invasor; e o hóspede, imaginar se a recepção será calorosa, hostil ou permeada de interesses. No entanto, tal relação não impede que seja reconhecida a dádiva oferecida, desde que ela não se concretize como um negócio ou troca por outro bem, “apenas exige que se aja como se a retribuição não fosse necessária” (CAMARGO, 2004, p. 21).

Para Camargo (CAMARGO, 2004, p. 21), “o dom deve ser recebido, aceito”. Recusar uma ajuda, ou um presente é recusar o vínculo social proposto, é visto como uma ofensa, indo ao encontro da face inversa da hospitalidade, a hostilidade. A hostilidade é um risco para quem oferece o acolhimento e para quem o recusa. Outra lei não escrita desse ritual é que “receber implica aceitar uma situação de inferioridade diante do doador” (CAMARGO, 2004, p. 22). Quem recebe a dádiva fica em débito com o doador, sendo por isso uma relação de desvantagem. Nestes termos, às vezes, não é a dádiva que é recusada, mas sim a dívida dela decorrente, no sentimento de obrigação implícito que fica no gesto de retribuir. Numa relação dar-receber-retribuir entende-se que aquele que recebe, tem que retribuir. Isto, por sua vez, faz com que se reinstale a dádiva, que mesmo que venha a se tornar um processo competitivo, não encerra o processo de acolhimento, que “assume sua face mais nobre na moral humana, a de costurar, sedimentar e vivificar o tecido social e colocar em marcha esse processo sem fim que alimenta o vínculo humano” (CAMARGO, 2004, p. 24).

Deve-se acrescentar que o acolhimento a um viajante ou turista, na visão contemporânea, pode trazer novas influências, sociais e culturais, para quem recebe e para quem é recebido, pois “a troca de determinados valores entre visitado e visitante proporciona uma enorme riqueza de conhecimentos, modificando sua visão de mundo e acrescentando valores inconfundíveis ao relacionamento humano” (GRINOVER, 2002, p. 28). Como exposto, o acolhimento é algo necessário e que deve fazer parte do convívio humano. Na constituição do Turismo, será um conceito indispensável, uma prática que torna um destino mais humano e que faz um turista querer voltar, por sentir que sua presença é desejada. Mas a proposta

dos teóricos, portanto, vai além daquele acolhimento esperado, seja nos dias atuais, seja no Período Colonial do século XIX, na Capitania do Rio Grande de São Pedro.

Os caminhos de Saint'hilaire

A região do Sul do Brasil percorrida por Saint'Hilaire, no início do século XIX, constituía-se em um território onde as fronteiras nacionais ainda estavam em consolidação e a militarização marcava a sociedade. O gado era o fundamento da economia local, e o estabelecimento de *estâncias*⁶ marcava a região como núcleo de criação bovina, servindo ao mesmo tempo para promover um povoamento extensivo, de maior domínio estratégico para Portugal, garantindo-lhe a posse do território ocupado. A formação das *estâncias* foi vista pelo botânico francês de forma positiva, pois, para ele, a política portuguesa, ao tornar os oficiais proprietários de terra, garantia a defesa do mesmo. Desse modo, “seus donos terão, atualmente, um interesse pessoal em conservar as terras para seus soberanos” (SAINT’HILAIRE, 2002, p. 208). Saint'Hilaire relata ainda a presença da agricultura, porém, presente em uma escala menor que a do gado.

A hospitalidade e o acolhimento, neste contexto, ganham características próprias. Na ausência de hotéis, pensões e outros meios de hospedagem, os viajantes eram recebidos em residências particulares, onde dormiam e eram alimentados, embora em muitas casas não fossem necessariamente “abrigados”, em função da precariedade dos ambientes, nos quais até a cobertura com telhas de barro ainda seria considerada um luxo. “Parece, em geral, que esta Capitania é muito rica, mas não se encontra nem no mobiliário das casas, nem no modo de viver dos seus habitantes, coisa alguma que denuncie tal riqueza” (SAINT’HILAIRE, 2002, p.52). As casas são descritas como habitações miseráveis que “só tinham por saída uma porta estreita [...]. Seu mobiliário se resume a giraus⁷ dispostos ao redor de uma mesa e alguma louça de barro”. (SAINT’HILAIRE, 2002, p.18).

A entrada na região teria se dado com certa má impressão, pois num dos primeiros pontos de parada, junto ao rio Tramandaí, onde, por ter chegado à noite e só podendo realizar

⁶ A partir do final do século XVII as *estâncias* demarcam a ocupação do território, em muito pela diminuição dos rebanhos selvagens antes comuns na região do Pampa, demarcando a ocupação do território. As primeiras estâncias teriam sido uma iniciativa dos jesuítas que, “incentivados por sua Coroa, haviam retornado, em 1682, à margem oriental do rio Uruguai, fundando os Sete Povos da Missões, localizados em território do atual Rio Grande do Sul” (REICHEL in GOLIN 2007, p 47).

⁷ O girau seria um leito rústico, conforme consta em nota do livro do naturalista.

a travessia no dia seguinte, se viu obrigado a pernoitar ali, em condições precárias: “Achamos, à margem desse rio, uma espécie de choupana, coberta de caniços, onde se amontoam umas doze pessoas, e junto a qual existe um pequeno galpão que serve de abrigo a uma canoa; é debaixo dele que dormiremos”. (SAINT’HILAIRE, 2002, 17). Resultados desta estadia, Saint’Hilaire registra em seu diário: “Raras vezes tenho passado uma noite tão mal. [...]. Ao levantar-me, entrei na choupana, aproximei-me do fogo e custei a me aquecer”. (SAINT’HILAIRE, 2002, p. 17). O viajante ressalta em outros trechos, a diferença entre o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, em termos de condições de hospedagem aos viajantes. Enquanto na porção meridional do Brasil inexistiriam lugares para pernoite, que não em residências particulares, entre os mineiros seria possível abrigar-se em ranchos a beira das estradas, sem incomodar ninguém. Na ausência de residências que abrigassem o viajante, a situação poderia chegar ao extremo do a seguir relatado:

Não entrei ontem em São Luís [Gonzaga] porque era muito tarde e temia não haver tempo de arranjar uma casa. Como o tempo estivesse muito bom, preparei minha cama debaixo da carroça; mas, à meia-noite, o trovão se fez ouvir, a chuva começou a cair, tudo foi colocado às pressas na carroça, no meio da escuridão, o que me obrigou a passar o resto da noite sentado sobre uma das minhas malas, entre bagagens amontoadas (SAINT’HILAIRE, 2002, p. 364).

Os viajantes eram recebidos tanto por pobres como por ricos, mas, como seria de se esperar, a qualidade da recepção poderia variar de acordo com o status do viajante. As instalações para hospedagem eram mais sofisticadas, em especial se envolvessem autoridades políticas, como Saint’Hilaire pode verificar em viagem de Porto Alegre à cidade de Rio Grande, quando acompanhou o capitão-mor da Capitania. A casa em que ficou hospedado e que descreve em seus relatos, pertenceria a um oficial. Embora pequena, seria cômoda, com poucos móveis, porém com leitos confortáveis. Os lençóis eram muito finos, guarnecidos de musselina bordada, e os cobertores feitos de chita. Esse não seria o padrão da maioria das casas, como o viajante descreve em diferentes momentos.

Em viagem, Saint’Hilaire tinha dois procedimentos no que se refere à busca por hospedagem: quando se tratasse de lugar onde houvesse autoridade pública instituída, o ritual supunha apresentar-se a ela munido de passaporte e cartas de apresentação. Estas, sendo assinadas pelo chefe de Estado, legitimavam o poder dado a ele e o autorizavam a requisitar o que fosse necessário, tanto no que se refere à hospedagem como à compra ou aluguel de

animais de montaria e de carga. Além da carta de recomendação, foi concedido ao naturalista o título de coronel, que, segundo ele, o autorizava a pedir qualquer tipo de socorro, mas do qual afirma nunca ter se utilizado. Segundo seus relatos, a população estava acostumada aos excessos dos militares, fato exemplificado quando, ao estar na casa de um homem definido como *bondoso e rico*, lhe foi atendido também o pedido de troca de bois, recebendo ainda refeição para si e para sua comitiva.

Dizia-me, antes de jantar, que só tinha feijão e carne-seca para me oferecer, mas se eu quisesse carne fresca, poderia mandar procurar uma vaca na estância vizinha. Respondi-lhe que, estando para chegar a Rio Pardo, não queria matar uma vaca, que seria desperdiçada. “Essa é a primeira vez”, replicou meu hospedeiro, “que vejo um oficial mostrar tal delicadeza” (SAINT’HILAIRE, 2002, p. 427).

De acordo com Saint’Hilaire, em todas as cidades do Brasil, a primeira pessoa a quem se dirigia com as cartas de recomendação, prestava-lhe todos os serviços que necessitasse, em atenção a quem escreveu a referida carta.

[Em Porto Alegre] Acompanhado do Major João Pedro, fui ao palácio para apresentar meu passaporte ao general e entregar-lhe as cartas de recomendação que trazia. Após subir a escadaria, entramos numa saleta, onde fui condignamente recebido por um ajudante de campo, que se encarregou de levar ao conhecimento do general a finalidade de minha visita; este, depois de examinar meus documentos, falou-me com muita delicadeza e me ofereceu cavalos, empregados e hospedagem no palácio. Agradei-lhe muitíssimo, retirando-me instantes depois. (SAINT’HILAIRE, 2002, p. 29).

Mais adiante, o general, Conde da Figueira, o convida a visitar sua casa de campo, nos arredores de Porto Alegre: “O conde recebeu-me com toda consideração, repetiu-me os mesmos oferecimentos e préstimos e convidou-me para o jantar de domingo” (*idem*, p. 31). A gentileza do Conde chama a atenção do viajante, inclusive por sua preocupação em apresentá-lo a outras pessoas, uma vez que geralmente, nas demais regiões do Brasil, o estrangeiro era recebido na casa de quem era recomendado, porém não era apresentado aos demais moradores ou personalidades locais. O Conde ainda convida o viajante para acompanhá-lo em comitiva a Rio Grande. Sobre a viagem registra: “Embora o conde não tenha prevenido a ninguém de sua chegada, para não incomodar os agricultores, esses adivinharam os lugares em que o general devia parar e encontrávamos casas preparadas para recebê-lo” (*idem*, 54). Quando chegam ao Estreito, na cidade de Rio Grande, são recebidos com foguetes e, após o jantar, há fogos de artifício.

A entrada do conde na aldeia, soltaram foguetes, repicaram os sinos, quando se dirigia a igreja, onde foi recebido pelo cura que nos acompanhara desde o Estreito até lá. Como era intenção do conde chegar nessa mesma tarde ao Rio Grande do Sul, não aceitamos o jantar que nos haviam preparado. Entramos numa barca conduzida por vários remadores vestidos de branco que, a intervalos, bradavam vivas ao Conde da Figueira, sendo este grito repetido pela tripulação das embarcações que se achavam no porto. Era noite quando chegamos a Rio Grande. O conde foi recebido no cais da cidade pelos membros da Câmara, todos de trajo completo, de bengala a mão. Tanto quando pude verificar á noite, o cais tinha sido muito bem ornamentado. No meio da ponte de desembarque, construíram um pequeno arco-do-triunfo e à extremidade da mesma ponte ergueram dois imensos pedestais, encimados cada um por uma estátua. Esses diferentes trabalhos eram feitos de madeira e pano pintado, tendo sido executados por um francês. (SAINT'HILAIRE, 2002, p. 57).

As cartas de recomendação poderiam ser fornecidas, ainda, por outras pessoas, às quais o viajante teria conhecido em momentos anteriores da viagem; para o naturalista francês isto aconteceu em Rio Pardo, aonde chegou com carta dirigida ao Sargento-Mor José Joaquim de Figueiredo Neves, por um seu primo, que o viajante conhecera em sua estadia no Rio de Janeiro. Na carta, solicitava o aluguel de uma casa, por alguns dias. Entretanto, Saint'Hilaire comenta que raras foram as vezes em que alguém, de fato, lera as cartas de recomendação, em primeiro lugar porque eram raros os alfabetizados e, em segundo porque, mesmo que o viajante não apresentasse a carta, seu pedido seria igualmente atendido na região, ficando subentendido que se acreditava na sua palavra.

Nas localidades, o aluguel era a forma usual de se hospedar no local, seja por recomendação ou por dinheiro. A figura do aluguel aparece no retorno do viajante a Porto Alegre, já no final da viagem:

Desembarquei em Porto Alegre a 16 de maio; a primeira iniciativa que tomei foi apresentar-me em casa do Sargento-Mor João Pedro da Silva Ferreira, que me recebeu gentilmente, conduzindo-me a uma pequena casa vizinha à sua, que havia alugado para mim, e convidou-me a fazer as refeições em sua casa durante todo o tempo em que estiver aqui. Aceitei o convite; diariamente, passo muitas horas com o sargento-mor e tenho sido acumulado de gentilezas não só de sua parte como de sua esposa, dona Gertrudes. (SAINT'HILAIRE, 2002, p. 371).

Fora das cidades ou vilas, o modo de conseguir hospedagem era o de pedir abrigo nas *estâncias* e chácaras ao longo caminho. Neste caso, em geral, um dos homens da comitiva de Saint'Hilaire ia a frente, com a carta de recomendação e solicitação de aluguel de casa onde o grupo pudesse se hospedar, papel em geral desempenhado pelo guia. A referência

à presença do guia, inclusive, é constante nos relatos. Estes eram, em geral, moradores do local, proprietários de terras ou algum seu representante de confiança, o que significa dizer que em muitos casos seria o hospedeiro atual que se encarregaria de “entregar” o hóspede no local de pouso a seguir. Os membros da comitiva de Saint’Hilaire não eram hospedados nas casas principais da propriedade, ficando em galpões adjuntos ou ao relento. A exceção eram os guias, pois como afirmado, podiam ser inclusive proprietários de terras (ou seus representantes) na região:

Freqüentemente meu guia tem sido convidado a pernoitar dentro das casas em que me hospedo, mas sempre recusa; dorme com os companheiros em volta do fogo que acendem fora para cozinhar. Dormem sobre um couro, quase sem agasalho e de cabeça descoberta; não é ele a única pessoa insensível ao frio; todos os viajantes que encontro procedem assim. Nesta região, ao contrário de Minas, não há ranchos, o que provoca nesse pessoal acanhamento de entrar na casa, principalmente quando chove. (SAINT’HILAIRE, 2002, p. 25).

As refeições também fazem parte do ato de hospitalidade, e são relatadas pelo viajante em várias oportunidades:

Esta manhã, bem cedo, meus hospedeiros me mandaram, por uma crioula, mate e um prato cheio de biscoitos e de fatias de queijo. De acordo com o hábito local, foi-me servido o mate, em uma pequena cuia posta sobre um guardanapo dobrado em triângulo. A cuia fora esculpida cuidadosamente mostrando vários desenhos. A bomba, que nela se achava, era de prata. (SAINT’HILAIRE, 1974, p. 22).

A referência ao chimarrão, como forma de dar as boas vindas ao forasteiro, aparece em outras oportunidades: “Apenas entrei na casa, fez-me servir dois mates e, segundo o uso, numa pequena cuia de ponta recurvada, onde estava enfiada a bomba de prata”. (SAINT’HILAIRE, 2002, p. 99).

Ainda dois mates antes de partir. O uso dessa bebida é geral aqui: toma-se mate no instante em que se acorda e depois, várias vezes durante o dia. A chaleira cheia de água quente está sempre ao fogo e, logo que um estranho entra na casa, oferecem-lhe mate imediatamente. O nome de mate é propriamente da pequena cuia onde ele é servido, mas dá-se também à bebida ou a quantidade de líquido contido na cabaça; assim diz-se que se tomaram dois ou três mates, quando se tem esvaziado a cuia duas ou três vezes. Quanto à planta que fornece essa bebida, chamam-na erva-mate ou simplesmente erva. [...] A primeira vez que provei tal bebida, achei-a muito sem graça, mas cedo me acostumei a ela e, atualmente, tomo vários mates seguidamente com prazer, até mesmo sem açúcar. Acho no mate um ligeiro perfume misturado de amargor, que não é desagradável. (SAINT’HILAIRE, 1974, p. 101)

A referência ao gado, e ao consumo da carne, também é constante. Saint’Hilaire registra que o gado está em quase toda parte – “logo que se entra nessas fazendas, sente-se logo o cheiro de carne e de sebo” (SAINT’HILAIRE, 2002, p. 29) – levando aos “hábitos carnívoros dos seus habitantes”. Aos viajantes não se cobrava pela carne: “Em toda parte onde parávamos pelo caminho, meu guia perguntava se lhes podiam vender uma manta. Ela é um pedaço comprido de carne seca; sempre lhe era oferecida”. (*idem ibidem*).

A *carne seca* a qual se refere é o charque, que nesta e em outras formas, dominou o contexto econômico regional, principalmente na sua parte sul, em torno da cidade de Pelotas, “aldeia nova e muito florescente, nascida junto ao Rio São Gonçalo” (SAINT’HILAIRE, 1974, p. 67). Em sua estadia na então Freguesia de São Francisco de Paula, o naturalista hospeda-se na charqueada de Antônio José Gonçalves Chaves, “um homem muito culto, sabendo o latim, o francês, com leituras de história natural, conversando muito bem” (*idem ibidem*). Menciona ainda as instalações da casa na qual ficou hospedado, onde “mesas, cadeiras e canapés compõem o mobiliário do Sr. Chaves. As cômodas e as secretárias são móveis muito modernos no Brasil e somente encontradiços em um número exíguo de casas”. (*idem ibidem*).

A presença da carne na culinária local é abordada em diversas passagens dos relatos, inclusive para salientar que haveria pouca variedade na alimentação dos hospedeiros, quer pela ausência ou pela pequena diversidade da atividade agrícola, tanto nas grandes como nas pequenas propriedades. Em certo trecho registra que:

[...] cardápios compostos unicamente de carnes, aves domésticas e carne de vaca de vários modos, assada, cozida ou guisada. Em lugar algum comemos legumes, a não ser em Barros, onde nos oferecem delicioso prato de nabos. A carne é suculenta e de bom paladar, mas, sendo comida logo após o abate do animal, apresenta-se muito dura. Sempre nos servem pão e vinho excelentes. (SAINT’HILAIRE, 2002, p. 56).

Saint’Hilaire descreve, ainda, o que viria a ser conhecido como *churrasco*, sem fazer menção ao nome da prato:

Apenas chegado ao lugar onde pernoitei, o meu soldado acendeu uma grande fogueira; cortou a carne em grandes nacos da espessura de um dedo, fez ponta numa vara de, aproximadamente, dois pés de comprimento, cravou-a em forma de espeto numa porção de carne, atravessou nesta outros pedaços de madeira em sentido transversal, para que ela ficasse bem estendida; enfiou o espeto obliquamente na terra, levando ao fogo um dos lados da carne, e quando julgou suficientemente as-

sado, expôs o outro lado ao fogo. Ao fim de um quarto de hora, o assado podia ser comido; era uma espécie de *beef-steak* suculento, mas extremamente duro. (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 135).

Em alguns casos, a refeição seria bem mais sofisticada e diversificada, merecendo descrição cuidadosa:

Fomos recebidos num lindo salão e, em seguida, levados para uma sala de refeições onde nos serviram um esplêndido jantar. A mesa estava coberta de uma quantidade de travessas, guisados e ensopados de toda qualidade. Um segundo serviço, composto de assados, saladas e massas, sucedeu ao primeiro; retiraram a carne e acrescentaram novas massas às primeiras. Depois, levantamos-nos da mesa e fizemos passar a uma outra sala, onde encontramos uma sobremesa magnífica, composta de uma variedade de bombons e doces. De fruta só havia laranjas de uma qualidade deliciosa, chamada laranja-de-umbigo ou laranja-da-Bahia. Após a sobremesa nos serviram café, seguido de licores. A reunião prolongou-se até alta madrugada e a maioria dos convivas estava de pileque quando se retiram. (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 58).

Os bailes são muito freqüentes nos núcleos urbanos, e também se faziam acompanhar de refeições. Nestas ocasiões havia a ceia, servida à meia-noite, em um salão a parte: “A ceia compunha-se de prodigioso número de pratos que cobriam completamente a mesa, mas todos muito bons”. (*idem*, 91). O hábito de utilizar mais de uma sala para as refeições é comentado em mais de uma oportunidade, em especial para a “magnífica sobremesa. Esse hábito de servir sobremesa em sala diferente da de jantar ou de ceiar é comum nos banquetes”. (*idem ibidem*). Nas residências mais luxuosas, como o exemplo que segue, ele se impressiona com os gastos do seu hospedeiro com os alimentos:

[...] Mateus da Cunha Teles [...] é liberal e magnífico para com os hóspedes [...], é quem recebe todos os oficiais que vão a Montevideú, e até hospedou, em sua casa, durante quarenta dias, todo o estado-maior do Barão de Laguna. Possui duas casas, uma muito pequena, onde mora, e outra muito maior, de um só andar, destinada, exclusivamente, aos hóspedes. É uma casa mal repartida, como todas as casas portuguesas. Os quartos de dormir são sempre pequenos compartimentos escuros que se comunicam com grandes salas; entretanto é mobiliada com o luxo das nossas mais belas casas da Europa, podendo-se sobretudo citar a sala de visitas como modelo de elegância. Desde que chegamos, a mesa não tem sido servida com menos luxo. Um vinho do Porto delicioso brilha em garrafas e copos de cristal, as iguarias são servidas em pratos de finíssima porcelana. A comida é excelente, e muito variada; quase que, em cada refeição, dois terços das iguarias ficam intactas; ninguém lhes toca. A despesa que o Sr. Mateus tem feito, desde que estamos em sua casa, deve ser

considerável, pois tudo é extremamente caro em Rio Grande, e o conde traz em sua comitiva mais de trinta pessoas, da qual uma grande parte aqui permaneceu durante sua viagem a Santa Teresa. (SAINT'HILAIRE, 2002, p. 127).

Outros pratos eram observados quando ele fazia a sua refeição na casa de algum agricultor ou em caso do hospedeiro possuir pequenas plantações para a subsistência, ou ainda quando o hospedeiro era suficientemente rico para oferecer uma grande variedade de alimentos.

Fui muito bem recebido pelo proprietário da casa onde parei. Sem possuir o espírito e a inteligência dos mineiros, ele era dotado do sentimento de hospitalidade e de modos agradáveis. Mandou-me oferecer e aos meus empregados almoço e jantar, servindo-me excelente carneiro e leite muito bom. A casa desse homem não aparenta riqueza, confessando ele frequentemente ser pobre; contudo, me fez servir as refeições em bela prataria. Sua mãe apareceu-me; conversamos bastante e nela pude notar o bom senso, característica das mulheres do continente. (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 397).

Suas descrições a respeito de seus hospedeiros são diversas: “Meu hospedeiro é um bom velho, cuja hospitalidade é notória na região. Ofereceu-me uma excelente ceia, serviu-me pão e vinho, e mandou preparar-me um bom leite. Sua casa é limpa, mas pouco mobiliada [...]” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 99). Em outra casa que se hospeda, na Fazenda do Arroio, nos Campos de Viamão, há uma estrutura melhor, com currais, árvores frutíferas e casas para os escravos. A casa principal é coberta com telhas, ainda uma raridade na região: “O dono da casa me deixou pernoitar ali, embora me tratasse friamente, porém mostrou-se um pouco mais afável quando me viu trabalhar; tinha ele um jogo de dominó, cujo uso não conhecia, ensinei-lhe a jogar e logo nos tornamos muito bons amigos”. (*idem*, p. 20). Mais adiante, relata que o tratamento frio das pessoas poderia ser explicado em função da “timidez e falta de convivência” (*idem*, p. 28) da população, visto tratar-se de um território de povoamento extensivo em função das estâncias e poucos núcleos urbanos já constituídos. A hospitalidade é de novo ressaltada, quando no caminho às Missões é recebido na Estância de Francisco Correa:

É impossível ser melhor que José Bernardes; teve para comigo pequenos cuidados, sem que se tornasse importuno; deu-me duas galinhas, pão e farelo para meus cavalos, sem aceitar qualquer retribuição. Comprei, em Rio Grande, algumas quinqui-lharias pra fazer presentes; mas, se continuo a receber tanta hospitalidade, em breve nada mais me restará. (SAINT'HILAIRE, 1974, p. 105).

Um dos registros sobre a hospitalidade recebida no sul refere-se a um certo Senhor Silveira e sua família: “Meu hospedeiro me ofereceu alimentação assim como a meu pessoal.

Excelente camponês, de poucas gentilezas, mas oferece de boa vontade tudo quanto possui. Assim como a maioria dos agricultores da região, anda em casa de colete e pés descalços” (*idem*, p. 407). Na mesma ocasião, um forte temporal que destruiu parcialmente a casa do anfitrião, obriga-o a ali permanecer mais tempo do que o planejado, ocasionando uma situação desconfortável: “Como meu hospedeiro sempre me alimentou e a meu pessoal, disse-lhe que temia estar sendo pesado e prontifiquei-me a pagar todas as despesas feitas, mas ele se recusou terminantemente, parecendo até ofendido com minha proposta” (*idem*, p. 410). Antes de sua partida, Saint’Hilaire (*idem*, p. 414) ainda se dizia envergonhado por se utilizar da hospitalidade recebida: “Desespero-me de ficar tanto tempo nesta casa, sempre bem alimentados, eu e minha gente, e não demover meus hospedeiros de aceitarem recompensa alguma”. Na despedida, foi somente com muita insistência que seu anfitrião aceitou alguns presentes, o que leva Saint’Hilaire a compará-lo, pelos seus modos, aos camponeses ricos da França.

No que tange à falta de hospitalidade dedicada ao viajante, relata ser rara.

Convém salientar que os dois únicos homens que me recusaram hospitalidade durante minhas longas viagens foram um materialista e um padre, mas com diferença de que fui bem recebido pelo materialista, quando este soube quem eu era, enquanto o padre se manteve irredutível. A reprovação que acabo de fazer não deve causar surpresa; um mau sacerdote é o pior de todos os ímpios, pois faz do sacrilégio um hábito cotidiano (SAINT’HILAIRE, 2002, p. 319-320).

A explicação sobre o caráter da recepção do padre ao viajante seria explicada mais tarde, pelo guia. Segundo ele, o referido padre teria recebido melhor o forasteiro, caso este não tivesse faltado com uma formalidade essencial, qual seja, esperar do lado de fora do portão do quintal a vinda do padre e o saudado com respeito, ao invés de entrar na propriedade sem sua prévia permissão. Saint’Hilaire teria, assim, quebrado as regras implícitas do ritual de chegada, que ele em geral não executava, pois eram seus empregados os encarregados de ir à frente, e solicitar o acolhimento. Como ele mesmo relata:

Eu havia tomado a dianteira e me apresentado sozinho a esta casa, mas fui extremamente mal recebido. Meu hospedeiro me repreendeu acremente por eu ter atravessado a cerca que separa o seu pátio do campo. “Ninguém”, advertiu-me ele, “senão um homem mal-educado se portaria assim; o senhor devia ficar do lado de fora, chamando-me e esperando que alguém lhe respondesse”. [...] Protestei ao meu hospedeiro que não tinha intenção de ofendê-lo, e ele foi aos poucos se acalmando; porém continuou muito frio. (SAINT’HILAIRE, 2002, p. 428).

A hospitalidade faz com o viajante pense inclusive em dispensar um dos soldados que o acompanhava, pois o achava desnecessário “numa região tão hospitaleira como esta”. (*idem*, 2002, p.144), fato interessante, uma vez que a região estava ainda em período de consolidação das fronteiras, sendo portanto local de constantes conflitos armados travados entre portugueses e espanhóis. “Entre os portugueses, e só falo aqui dos da Capitania do Rio Grande, são os homens que recebem bem os estrangeiros, dispensando-lhes todas as atenções”. (*idem*, 124).

Considerações finais

Conforme Boff, Avena e Camargo, a grande marca da hospitalidade seria o acolhimento, mesmo que esse ato social, como o caracterizam, varie ao longo do tempo e entre diferentes sociedades. O objetivo dessa prática seria o de integrar o “outro” – aquele que é diferente de mim – na sociedade local, quer ele o solicite ou o necessite. Acolher significaria, na visão teórica, dar abrigo, alimentar e cuidar e, mais importante, essa doação se situaria no campo da dádiva, por envolver certo sacrifício da parte de quem dá, pois o que é doado não é necessariamente aquilo que se tenha em excesso, pelo contrário, podendo ser algo que irá faltar. Além do mais, seria necessário agir como se a retribuição não fosse nem necessária, nem esperada. As ambigüidades de tal relação, também podem envolver a descortesia: é descortês recusar o ofertado, pois isto significaria o rompimento do vínculo proposto, ou seja, uma hostilidade. Aceitar a dádiva, por outro lado, equivale a se submeter ao assumir uma dívida. Essas questões propostas teoricamente, não raro são vistas pelo senso comum como sendo da esfera do mítico-religioso, talvez porque os textos bíblicos consagrem muitos deles, em especial no Novo Testamento.

Estudar os textos dos diários de viagem de Saint’Hilaire mostra, justamente, práticas de hospitalidade em vieses que se aproximam da dádiva. Primeiro, porque muitos dos seus anfitriões repartiram com ele não a fartura, mas a sua precariedade de vida. Choupanas com pouquíssimos móveis, a carne como único alimento, essa seria a contingência do extremo sul do Brasil, na década de 1820, um território marcado pela beligerância e abandonado a própria sorte, na falta de autoridades locais constituídas: o “outro” que batia a porta poderia vir em paz ou ser portador da guerra, uma diferenciação difícil de reconhecer de antemão. Daí a importância dos rituais de aproximação, descritos por Saint’Hilaire. Pelo ritual, não

era permitida a ultrapassagem do portão de acesso a propriedade, sem autorização prévia para tal. Só após dada a autorização, o portão poderia ser ultrapassado. Às vezes em que o francês não obedeceu ao ritual, lhe foi negado o necessário acolhimento.

Para viajar pelo território, além do necessário passaporte, Saint'Hilaire utilizava-se de cartas de recomendação/apresentação, assinada pela autoridade da Corte, no Rio de Janeiro. As cartas também poderiam vir assinadas por relações estabelecidas ao longo de seus deslocamentos, quando alguém-que-conhecia-alguém na região, encaminhava o viajante. Outro fato que corrobora a hospitalidade desinteressada, é que as cartas pouco diziam a quem as recebia, pois na maioria dos casos se tratava de analfabetos, incapazes da leitura. Ou seja, o viajante era recebido simplesmente porque se confiava em sua palavra – a palavra era dada e ela bastava.

Destaque-se que as estradas eram precárias ou mesmo inexistentes – não raro ele se deslocava pelo campo – o que levava a que proprietários de uma estância, que o haviam recebido, se encarregassem de conduzi-lo até a próxima propriedade, pessoalmente ou por algum preposto de confiança, o que poderia significar muitos dias de viagem. Daí, também, o fato do tratamento privilegiado dados aos guias, convidados à ocupar aposentos na casa principal, junto com o francês. Convite, aliás, raramente aceito, pois com certeza o guia dependia das boas relações e da camaradagem que estabelecesse com a equipe da comitiva, sendo importante permanecer junto a ela.

A dádiva também era exercida no dar e no retribuir, em especial no que se refere a alimentação. Pela carne ofertada ao hóspede, ou fornecida ao viajante que passava pela propriedade, não se aceitava retribuição financeira ou pagamento. A certa altura Saint'Hilaire se queixa, inclusive, que nestas circunstâncias, se via obrigado a retribuir com quinquilharias, compradas por ele para esse fim. Mas, pelo excesso de retribuições a que se via obrigado, o viajante temia que os objetos acabassem muito antes de terminar a viagem. O difícil de compreender, para o francês, era que sua própria presença, trazendo notícias da Corte e do mundo, ensinando a jogar gamão ou participando de um baile, seria considerado uma retribuição, ou melhor, a hospedagem e a alimentação é que seriam a retribuição ao viajante, pela sua presença no local. Recusar o acolhimento, a participação no baile, a hospedagem ou o alimento, era não só descortês, mas também hostil. Em vários momentos o viajante assinala que, ao chegar às localidades, exausto por dias de percurso, um baile o aguardava, significando um grande sacrifício, deles participar.

O que se constata, portanto, é o contraste. Se por um lado na região, na década de 1820, tinha na situação beligerante uma rotina – esperando-se a priori um comportamento hostil com o estrangeiro – por outro, os relatos registram o acolhimento ao viajante, mesmo que chegasse como um desconhecido. Saint’Hilaire registra habitantes sempre solícitos para qualquer tipo de ajuda que necessitasse, mesmo que tivessem às vezes, uma aparência fria e séria. Não fosse o acolhimento, o clima muitas vezes adverso enfrentado pelo viajante nesse território, como o frio e as chuvas, a carência de estradas e locais de abrigo e alimentação, inviabilizaria a viagem pelo território. Ali, oferecia-se aquilo que se tivesse, para agradar a seus hóspedes, implicando a relação de sacrifício caracterizada por Camargo (2004).

A questão que se coloca, portanto, seria sobre as marcas que o comportamento desinteressado em relação ao “outro”, teriam deixado na cultura regional. A partir das narrativas que constam nos relatos de Saint-Hilaire, talvez se possa afirmar que os antecedentes do Turismo no Rio Grande do Sul se encontrem nessa sua forma mais simples, mais espontânea e original de acolher o visitante, e que, em função das condições precárias em que se apresentava o território no início do século XIX, foram fundamentais tanto para a viabilização da viagem do naturalista francês e de qualquer viajante que pretendesse percorrer o Estado naquela época. Outras marcas sobreviventes desse período pioneiro, podem ser vistas no hábito do chimarrão e do churrasco. Nos dois casos, saliente-se, mais do que a bebida ou o alimento, são práticas marcadas pelo ritual. O chimarrão deve ser passado de mão em mão, de preferência numa roda, que compartilha a mesma cuia. O churrasco, por sua vez, também supõe a roda em torno do fogo onde a carne é assada e, na origem, era comido em lascas que o assador ia tirando do espeto, e alcançando aos comensais.

Apesar de o Rio Grande do Sul não apresentar ainda infra-estrutura referente aos deslocamentos regionais, como hotéis e pousadas, seus habitantes já possuíam em suas raízes a semente do acolhimento, essencial para aquele que viaja a um destino desconhecido, e, portanto essencial para a atividade turística, que precisa ter em todo o seu processo a virtude do acolhimento; virtude esta que já transparecia no Rio Grande do Sul antes mesmo da consolidação da prática social do turismo, e que viria a influenciar o pioneirismo do Estado frente a outras regiões brasileiras no desenvolvimento turístico nacional.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. N. Cronistas Estrangeiros no Rio Grande do Sul na Perspectiva de Alfredo Ferreira Rodrigues. In.: ALVES, F. N. (org). *Sociedade e Cultura no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. 1ª Ed. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2005, v. 1, p. 39-52.

AVENA, B. M. *Turismo, educação e acolhimento: um novo olhar*. São Paulo: Roca, 2006.

BOFF, L. *Virtudes para um outro mundo possível*. Hospitalidade: direito e dever de todos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

BOYER, M. *História do Turismo de Massa*. EDUSC, 2003.

CAMARGO, L. O. de L. *Hospitalidade*. São Paulo: Aleph, 2004.

CONFORTO, M. e BARELLA, N. A Pena e o Pincel: Viajantes e Viagens no Rio Grande do Sul do Século XIX. In.: *Ágora Revista Eletrônica*, v. 07, p. 44-60, 2008.

GRINOVER, L. Hospitalidade: um tema a ser reestudado e pesquisado. In: DIAS, C. M. de M. (org.). *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. Barueri: Manole, 2002.

JANÉ, M. B. Viaje, Descubrimiento y Aventura. In.: JANÉ, M. B. *Periodismo de Viajes: Análisis de una Especialización Periodística*. Sevilla: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2002.

MENESES, J. N. C. *História e Turismo Cultural*. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

OLIVEIRA, L.L. *Cultura é patrimônio. Um guia*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PIRES, M. J. *Raízes do Turismo no Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: Manole, 2002.

REICHEL, H.J. Fronteiras no espaço platino. in GOLIN et al. *Colônia*. Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. V.1. Passo Fundo: Mérito, 2007

SAINT'HILAIRE, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-1821*. Tradução de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974. (Coleção Reconquista do Brasil).

SAINT'HILAIRE, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

Artigo recebido em 16 de maio de 2010

Aprovado para publicação em 26 de maio de 2010